Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia de má conduta médica.

O Egrégio Conselho Superior adiou o presente item.

2.5. Processos de Relatoria do Conselheiro ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO:

2.5.1 Processo: 000034-012/2015

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: K.S.R.

Origem: 2ª PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto: Relato de situação de risco vivenciada por adolescente.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerando que o adolescente ao atingir a maior idade deixa de ser tutelado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e, a aplicação de qualquer medida protetiva nos termos daquela lei restou prejudicada, ressaltando que o fato do procedimento ter ficado parado aguardando a realização de medidas cabíveis por parte do Conselho Tutelar de 24/10/2012 à 17/10/2014, ou seja, por, praticamente, dois anos, possibilitou que o adolescente atingisse a maior idade e impediu a adoção de qualquer medida protetiva por parte do Ministério Público.

2.5.2 Processo: 000043-012/2015

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: R. L. S.

Origem: 4ª PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia de maus tratos sofrido por idoso.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, que, após visita domiciliar realizada pelo Setor Técnico do Ministério Público, ficou constatado que o investigado não mais residia com a idosa e esta negou que era maltratada, não ficando confirmada a veracidade da denúncia, ficando constatado nos autos, ainda, que a idosa informou que seu filho, ora investigado, não reside mais com ela.

2.5.3 Processo: 000050-012/2015

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará;

E.C.F.S.

Requerido: A.A.S.

Origem: 4ª PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar possível situação de risco envolvendo idosa.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, por perda de seu objeto, vez que os idosos vieram a óbito, ficando constatado nos autos que os Promotores de Justiça que atuaram no caso, empreenderam todas as medidas possíveis, ao largo de 03 (três) anos, para promover a proteção dos idosos diante da constatação da situação de risco em que viviam e, a situação de risco vivenciada pelos idosos foi causada pelo próprio processo de envelhecimento, que se deu de forma pouco saudável, conforme ressaltado pela Assistente Social deste Órgão Ministerial e, a filha do casal, ora reclamante, pessoa que poderia cuidar dos pais, assim procedia na medida do possível, pois não apresentava condições emocionais e de saúde, conforme atestado em várias oportunidades no curso da instrução. DETERMINOU que a secretaria encaminhe cópia dos autos à Coordenadoria das Promotorias de Justiça Criminais de Ananindeua, para providências cabíveis, no sentido de análise da repercussão dos fatos na área criminal, verificando eventual responsabilização dos órgãos envolvidos.

2.5.4 Processo: 000073-116/2013

Requerentes: Promotoria de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Requerido: Duciomar Gomes da Costa e Outros

Origem: 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar denúncia anônima de pagamento de boca-de-urna, por parte de servidores da Prefeitura Municipal de Belém durante a gestão do ex-prefeito Duciomar Costa.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, considerando que não foi possível comprovar a prática do crime eleitoral e, a apuração em matéria de improbidade administrativa, restou prejudicada, pois não ficou comprovada a existência do fato ilícito.

2.5.5 Processo: 000852-116/2013

Requerentes: Otoniel Araújo das Chagas

Requerido: CEASA-PA

Origem: 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação de DAS pela CEASA.

O Egrégio Conselho Superior adiou o presente item.

2.5.6 Processo: 001602-116/2013

Requerentes: Julianes Moraes das Chagas - Juíza do Trabalho

Requerido: Prefeitura Municipal de Belém

Origem: 4º PJ de Direitos Constitucionais, Fundamentais e dos

Direitos Humanos da Capital

Assunto: Apurar denúncia de contratação irregular de temporários ligados ao PSB, pela Prefeitura de Belém, através da empresa ALAR.

O Egrégio Conselho Superior adiou o presente item.

2.5.7 Processo: 006345-003/2015

Requerentes: Mário Antônio Muniz

Requerido: Arena Mix

Origem: 2º PJ de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da Capital

Assunto: Apurar possível prática de poluição sonora pela Arena Mix.

O Egrégio Conselho Superior adiou o presente item.

2.5.8 Processo: 006357-003/2015

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Em apuração

Origem: 9ª PJ da Infância e Juventude, Órfãos, Interditos e Incapazes, Pessoas com Deficiência e Idosos de Marabá

Assunto: Apurar denúncia efetuada ao "Disque 100" registrada sob o nº 365080.

O Egrégio Conselho Superior adiou o presente item.

2.5.9 Processo: 000014-012/2015

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Prefeitura Municipal de Aurora do Pará

Origem: PJ de de Aurora do Pará

Assunto: Apurar a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Aurora do Pará referente ao exercício de 2003.

O Egrégio Conselho Superior adiou o presente item.

2.5.10 Processo: 000052-110/2014

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Conselho Escolar o Colégio Integrado

Francisco Sil

Origem: PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial da Capital

Assunto: Apuração de finalística de contas referentes ao ano-calendário de 2011.

O Egrégio Conselho Superior adiou o presente item.

3. O que ocorrer.

Belém-PA, 21 de maio de 2015.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior

Protocolo 832047

PORTARIA Nº 273/2015-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAÍIA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 7874/2014-MP/PGJ, de 9 de dezembro de 2014,

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar critérios visando realizar uma fiscalização mais efetiva no que se refere à execução dos contratos de prestação de serviços firmados pelo Ministério Público;

R E S O L V E :

I - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para acompanharem e fiscalizarem os devidos instrumentos, conforme quadro:

INSTRUMENTO: CONTRATO

Ano	Nº	UNIDADE	CONTRATADO	Fim	FISCAL
2011	031	INTERIOR/XIINGUARA	ADHEMAR PEREIRA TORRES	18/08/2015	Sara Cristina Rodrigues de Freitas (titular) e Maysa Gualberto Santos (suplente)
2013	063	INFORMÁTICA	SOFTEVA INFORMÁTICA LTDA	04/12/2015	Rogenila Belém Saldanha, Amilton Pinheiro de Oliveira, Symara Mendes Piedade Cunha, Valter Andrey Valois Cavalcante.
2013	078	INTERIOR	JARI CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S/A	18/12/2015	Sonia Mara Rodrigues

2014	037	DAD/TRANSPORTE	P & P TURISMO LTDA - ME	12/06/2015	Bruno Lima de Freitas (titular); Célia Maria de Moura Brito Gâmbôa (suplente)
2015	015	CERIMONIAL	ROYAL ORGANIZAÇÕES LTDA - ME	26/03/2016	Marcelo Coelho do Amaral Pinheiro (titular); Thalita Marrom Donza (suplente)
2015	016	DOM	BIDDING COMERCIAL LTDA - ME	07/10/2015	Florianio Kenji Yokoyama (titular); Marcelo Antônio Silva Martins (suplente)
2015	017	DIVISÃO DE MATERIAL	A R S COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP	22/04/2016	Fernando Silva de Carvalho
2015	018	ARQUITETURA/PATRIMÔNIO	W.R.DE OLIVEIRA SERVIÇOS E COMÉRCIO - EPP	22/10/2015	Cristina dos Santos Maia (titular - arquitetura); Ana Priscila Correa Morgado (suplente - arquitetura)
2015	019	ENGENHARIA/DOM	FREITAS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA - EPP	22/04/2016	Marcelo Antônio Silva Martins; Murillo Paiva da Conceição; Florianio Kenji Yokoyama
2015	020	GAECO	CAWI-TEC COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA	23/04/2016	Neldson de Oliveira Bastos (titular); Pedro Gleuciano Farias Moreira (suplente)
2015	021	ENGENHARIA/DOM	AZIMUTE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	23/01/2016	Moisés Barcessat (titular); André de Oliveira Sobrinho (suplente)

INSTRUMENTO: ARP

Ano	Nº	UNIDADE	CONTRATADO	Fim	FISCAL
2015	020	CERIMONIAL	ROYAL ORGANIZAÇÕES LTDA - ME	25/03/2016	Marcelo Coelho do Amaral Pinheiro (titular); Thalita Marrom Donza (suplente)
2015	023	PATRIMÔNIO	SPENCER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E SERVIÇOS LTDA - ME	26/03/2016	Junivaldo da Silva Nonato (titular); Roberto Xavier Ferreira (suplente)
2015	024	ENGENHARIA/DOM	J. L. R. ARAÚJO COMÉRCIO E SERVIÇOS	07/07/2016	Alexandre Silva dos Santos (titular); Eriko Antônio A. Moraes (suplente)

PORTARIA Nº 273/2015-MP/SGJ-TA INSTRUMENTO: TERMO DE COOPERAÇÃO

ANO	Nº	Unidade	CONVENENTE	Fim	FISCAL
2015	004	PJ Altamira (R. A. Sudoeste I)	NORTE ENERGIA S.A.	26/04/2016	Bárbara Veiga Ferreira (titular); Michelle Barbosa de Brito (suplente)

II - Torna sem efeito os termos da portaria nº 198/2015-MP/SGJ-TA, no tocante a designação da servidora Márcia Maria Moraes da Costa na fiscalização dos contratos abaixo relacionados, conforme despacho no protocolo interno de nº15267/2015, com a designação de novos servidores conforme quadro:

INSTRUMENTO: CONTRATO

Ano	Nº	UNIDADE	CONTRATADO	Fim	FISCAL
2014	028	DOM	Maria Goreth Negrão de Oliveira	02/06/2016	Rodrigo Lima Campos do Vale (titular); Myria Nogueira (suplente)
2014	040	INTERIOR/SÃO JOÃO DE PIRABAS	PAULO LIMA PINHEIRO	15/06/2016	Ladielson Nascimento dos Santos